

Necessidade de uma estratégia

Antonio Dias Leite é professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e autor de 'Crescimento Econômico – Experiência Histórica do Brasil e Estratégia para o Século 21', a ser publicado pela Editora José Olympio. Nos artigos abaixo, o autor discute os principais pontos de sua obra, tratando das condições determinantes do processo de crescimento.

ANTONIO DIAS LEITE

A transição, sem ruptura, de uma política de estrita estabilidade monetária para a de desenvolvimento sustentado é possível, apesar dos percalços por que passamos nos últimos anos. É indispensável, para isso, dispor de uma estratégia econômica global para o início do século 21. Há que formulá-la com sabedoria e otimismo, mas com humildade ante as dificuldades. Perdemos tempo, ficamos vulneráveis e sofremos forte impacto externo.

A bem sucedida política de liquidação da hiperinflação, que já parecia concluída em 1997, havia então conquistado apoio da opinião pública. A partir daí passaram-se meses sem qualquer iniciativa relevante do governo. Aos poucos configurava-se, para a maioria dos que, de fora do governo, acompanhavam o processo, um impasse do Plano Real. Com sentido mais amplo foi-se consolidando a impressão de que o plano era incompatível com a retomada do crescimento econômico.

Essa evolução acabou por provocar uma reversão de expectativas, gerando insatisfação nacional e imediato aproveitamento político desse novo estado de espírito, através de veementes críticas ao governo, à sua equipe econômica e ao Congresso Nacional. Concomitantemente ocorreram ataques especulativos externos que tiveram como consequência a redução dos graus de liberdade nas nossas definições internas de política econômica. Não obstante, foram surgindo inúmeras sugestões de revisão de rumos, na sua maioria bem intencionadas, algumas simplistas, e outras irresponsáveis e agressivas, como recentemente.

A pressão das críticas, popular e política, pode trazer o risco da adoção precipitada de medidas casuísticas que tenham apenas o objetivo de a elas dar resposta.

Nesta conjuntura política e econômica, parece-me necessário re-

conhecer:

I – que o governo de fato não aperfeiçoou, de forma progressiva, sua política econômica, como devia, a partir de 1997, mesmo após vários meses de estabilidade da nova moeda;

II – que, por outro lado, a revisão da política econômica, no sentido da promoção do crescimento econômico, sem perder o controle da inflação, não era nem é fácil, exceto como tema de discursos inconsequentes.

De fato, a formulação e a execução da política econômica tornou-se complexa no quadro da intensa reforma institucional por que vai passando o país e das grandes modificações nas relações econômicas internas e internacionais decorrentes da abertura comercial e financeira, da supressão de artifícios, e da ampliação dos mercados competitivos.

Política econômica fica complexa num cenário de reforma institucional

O quadro é novo e bem distinto daquele de três décadas anteriores a 1980 durante as quais manteve-se, com pequenas interrupções, o formidável crescimento de mais de 7,5% ao ano, em média, com diversificação industrial, oportunidades de trabalho e de ascensão social, inflação em geral sob controle, além da forte redução da pobreza na década de setenta.

A dificuldade intrínseca do novo cenário econômico não justifica, todavia, que, após a implantação do Plano Real, não se tivesse, pelo menos, tentado formular uma estratégia de longo prazo com ele compatível. Essencial era estabelecer a hierarquia das medidas de fundo que desde então eram previstas como necessárias à consolidação da nova economia nacional. O imobilismo subsequente foi em grande parte responsável pelo impasse em que nos encontramos. Parece-me que com ele coincidiram duas distorções, respectivamente no domínio técnico e no domínio político, além de uma sequência de crises em outros países ditos emergentes.

De um lado a equipe técnica,

pela sua longa exposição acadêmica e profissional aos padrões dos países desenvolvidos, depositou excessiva confiança na imediata absorção pelo Brasil, dos mecanismos de mercado lá consagrados e aqui recentemente implantados. Seriam estes capazes de assegurar, por si sós, a retomada do desenvolvimento. E mais, que o modesto nível de crescimento desejável nos países ricos, adotado como paradigma pelos organismos internacionais, seria também satisfatório para nós, não obstante a grande parte da nossa população ainda em nível de pobreza absoluta.

De outro lado, a estrutura político-partidária, pela sua excessiva dispersão e difícil liderança, não facilitou discussão sistemática e eficaz das reformas e definições da nova política econômica. Mas mesmo assim, o debate teria sido mais eficiente se fosse oportunamente apresentada, pelo Executivo, uma estratégia de longo prazo. Contra ela, teriam que ser oferecidas alternativas realistas, acompanhadas da avaliação das respectivas consequências.

No campo internacional foram ocorrendo crises financeiras em países que nos eram apontados com paradigmas que devíamos seguir, e que na realidade estavam piores do que nós. Fomos sofrendo os reflexos dessas crises.

O registro que aqui se faz de deficiências do encaminhamento passado, desde 1997, não nos conduz a uma apreciação pessimista do futuro. Ao contrário, temos confiança na possibilidade de uma formulação positiva. Ela se fundamenta na experiência passada de mais de trinta anos com forte crescimento econômico, em algumas reformas institucionais, no esforço presente de modernização e de aumento de produtividade e no fato de que dispomos de muito mais informação e de estudos específicos, além das equipes do governo, ou não, com mais preparo do que na época daquele vigoroso crescimento econômico. Mas só a elaboração de uma estratégia global e a sua execução encaminhariam o país a um novo período de forte crescimento de que urgentemente necessitamos.